

Pará — SEAP; hoje, estão aos cuidados do Instituto de Terras do Pará, do ITERPA. Parece-me que realmente há dois tipos de problemas. E eu gostaria de dizer que com isto não pretendemos criticar os procedimentos, mas sugerir objetivamente formas segundo as quais entendemos que as coisas possam ser resolvidas. Há terras ocupadas legitimamente por empresários, por proprietários particulares, por posseiros, e devem ser rapidíssimamente regularizadas. A dificuldade na regularização dessas terras tinha sido, até há pouco tempo, o rito judicial, que é complicadíssimo. Sabemos que o Estado pode definir efetivamente quais são as suas terras devolutas se numa determinada área ele proceder à ação discriminatória. Ora, o rito judicial para procedimento dessa discriminatória era alguma coisa que neste País não tinha fim. Existem algumas que estão em curso há mais de cinquenta anos, sem que se tenha chegado ao fim. Existem truques e formas de se burlar; por parte dos desonestos, impedindo o desenvolvimento. Entretanto, hoje, com a nova legislação aprovada pelo Sr. Presidente da República e pelo Congresso Nacional, no ano passado, em 1976, criando o rito simplificado, o rito sumário, de não mais se fazer a convocação por carta precatória quando a pessoa não mora na comarca, mas, sim, por edital, na própria comarca, passa a ter o Governo um dispositivo judicial capaz de agilizar as ações discriminatórias. Então, o primeiro fato relativo àqueles que já estão na área é que podem hoje perfeita e rapidamente ser identificados, através de ritos sumários, de ações discriminatórias rápidas. O segundo fato, consequência do primeiro, é que será feita por exclusão a identificação das áreas devolutas e se isso não for feito com rapidez, serão também invadidas e criados outros problemas sem que o Estado possa ordenar a ocupação. Não somos contra a distribuição da terra. Ao contrário, estou defendendo aqui, desde o início, a tese de que se deve dar terra a todo mundo, mas de forma ordenada em que o Governo conduza o processo econômico. Então, parece-me, nobre Deputado Antônio Carlos, que a preocupação de V. Exa. tem fundamento. E como resultado de lá temos tido, os empresários, os maiores problemas, quer com o fechamento do Departamento de Terras de Mato Grosso, quer problemas junto ao Instituto de Terras do Pará. Devo confessar que, com a maior boa vontade dos Governos, é preciso encontrar-se uma forma prática. Também, de outra parte, os governos estaduais não dispõem às vezes, de recursos financeiros para utilizar tecnologia disponível hoje, de satélites, de radar e tudo mais, e, ao mesmo tempo, de equipes de campo ultra-rápidas que possam através de topógrafos, de advogados e de um secretário proceder à discriminatória rapidamente, identificando as áreas. Parece-me que realmente o problema não é insolúvel, mas deveria ser escalonado para ir sendo resolvido com os recursos disponíveis dos Estados nas faixas com maiores problemas e de maior tensão.

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Se formos matematicamente fazer um rateio das terras que compõem o território brasileiro entre os cento e poucos milhões de habitantes, chegaríamos à utópica ilação de que há neste País, mais de 7 hectares para cada cidadão. Dr. João Carlos, V. Sa. afirma que a Associação dos Empresários da Amazônia, fundada em 1968,

conta hoje com a participação de mais de 150 grupos empresariais. Queria que V. Sa. mencionasse, se possível, o número exato de empresários hoje.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - De empresas associadas hoje?

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Hoje.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Sr. Presidente, hoje existem 152 grupos empresariais vinculados à Associação de Empresários da Amazônia. Eu poderia remeter imediatamente essa relação, após minha chegada a São Paulo, a esta Comissão.

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - É para esses 152 grupos que foram aprovados os 342 projetos na área da SUDAM?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Não são porque alguns desses grupos efetivamente têm um, dois ou três projetos aprovados, mas porque existe grande número de projetos aprovados que a própria SUDAM houve por bem desmobilizar. Esse é o total aprovado na História da SUDAM, desde 1966, quando em novembro a SUDAM foi criada, transformada que foi da SPVEA antiga. Entre esses 342 projetos há vários de pequeno ou médio porte, que não são nossos associados, por quaisquer razões, e outros, inclusive deixaram de receber o apoio de incentivos fiscais que reverteram à condição de uma empresa apenas, sem o apoio da SUDAM. Esse número 342, é apenas o total acumulado de projetos aprovados..

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Esse total acumulado de projetos aprovados englobaria uma área de quantos mil hectares, ou milhões, mesmo aproximadamente?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Eu diria que aproximadamente da ordem de 75 mil km², vale dizer, em termos de hectares, sete milhões e meio. Esse é o total dos 342 projetos aprovados, o que é rigorosamente insignificante, infelizmente. Se lembrarmos que a Amazônia tem quatro milhões, novecentos e noventa mil km² — cinco milhões de km², praticamente — e verificarmos que a ação mais intensiva só se está exercendo em setenta e cinco mil km², infelizmente ainda consideramos muito pouco. Mas há um dado que eu gostaria de acrescentar. Hoje podemos dizer, e com muita satisfação, que aproximadamente para cada projeto SUDAM aprovado existem, criados pela infra-estrutura que ele gerou, pelo menos dez empresas médias, grandes ou pequenas sem apoio dos incentivos fiscais ao redor de cada um desses minipolos. E em termos de cabeças de gado existentes na Amazônia podemos dizer ...

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Pode V. Sa. repetir o dado? Em torno de cada um dos 342 dez pequenos, sem apoio dos incentivos fiscais?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Perdão, Deputado, não são só pequenos; inclusive grandes empresários, grandes pecuaristas, industriais do Centro-Sul e do Leste, que nós conhecemos, têm empresas que estão fazendo rigorosamente com recursos próprios. Na região sul do Pará existem várias, mas várias empresas, maiores até do que alguns projetos aprovados, feitas exclusivamente com recursos próprios dos empresários e das linhas...

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Ou capital estrangeiro?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Eu responderei em seguida sobre o capital estrangeiro... ou das linhas de crédito — vamos dizer usuais — oferecidas a qualquer empresário. Então, não são dez pequenos — porque pequenos poderiam ser insignificantes — são dez empresas, de pequenas a grandes, geradas em função de cada projeto. Vale dizer que hoje poderíamos contar com mais ou menos 3.500 empresas geradas pelos 342 projetos. Em segundo lugar, para cada "boi-SUDAM" — digamos assim — quer dizer, ajudado pelos incentivos fiscais — há três que não são da SUDAM. E repito que incentivo fiscal poderia ser uma parte de capital próprio para três incentivos fiscais, vale dizer 25% de recursos próprios — não há nenhuma empresa hoje que tenha mais do que 45, 50% de incentivos fiscais, isto é, há muito mais investimentos de recursos próprios porque, graças ao próprio incentivo, o negócio se viabilizou e passou a ser interessante a aplicação de recursos próprios. Então, para cada "Boi-SUDAM" — pode-se afirmar hoje — existem três bois que não são da SUDAM, ou seja, nessas 3.500 empresas, se tem um boi numa empresa da SUDAM, existem três bois que não são das empresas da SUDAM. Com relação ao capital estrangeiro, que V. Exa. havia mencionado, são pouquíssimas as empresas de capital estrangeiro que estão participando da conquista da Amazônia. E digo a V. Exa. que seria muito interessante se conseguíssemos forçar outras empresas estrangeiras, que atuam no País em outros setores, a participarem da conquista da Amazônia. Isto não nos causa o menor temor. Se causasse, o Governo já as teria impedido de participar de outros setores da atividade nacional, uma vez que há legislação absoluta e claramente inibitória de abusos, coibitória de eventuais incorreções; a participação delas seria conveniente. Infelizmente, porém, são muito poucas.

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - No ano de 1967, o IBRA enviou a esta Casa relação dos 80 maiores proprietários de terras no Brasil. Entre eles, merecem destaque especial o Grupo Rockefeller, o Brazil Land, o Universal Offices Holding, a National Baucarier, a Georgia Pacific Mac Glow. No Amapá, os principais proprietários eram a Bertland Stew, Walkshire General Investment, com 998 mil hectares, a Belgo Mineira, com 352 mil, o Frigorífico Anglo, com 331 mil, a Gemis Bryiant, com 232 mil, a Peter Cornelius, com 205 mil, a Germin Lucci Butshares, com 197 mil, a Konyro Myamoto, com 186 mil, o Tetch Oach com 184 mil, a American United Corporation, com 156 mil, e a Companhia Comercial de Terras Sul do Brasil. São essas empresas membros da Associação que V. Sa. preside?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Nobre Deputado, não são nossas associadas. Gostaria de distinguir — eu me penitencio, talvez não tivesse sido tão explícito como desejava ser na última resposta que dei a V. Exa. — quando dizia que não havia empresas estrangeiras. Eu sempre parto do raciocínio de que a terra tem de estar sendo trabalhada. Qualquer que seja a sua dimensão, é a empresa que tem de estar atuando. E eu estava sempre me referindo

a empresas como algumas multinacionais que participam da conquista da Amazônia com atividades empresariais. Essas empresas não são nossas associadas e devo dizer também que desconheço qualquer atividade de agricultura, ou de pecuária, que elas desenvolvam. Pode ser que isso ocorra por minha ignorância mas eu desconheço. Outras empresas multinacionais que participam, participam ativamente da conquista desses espaços criando empregos, desenvolvendo pecuária, e são muito poucas, infelizmente. Acho, inclusive, que deveríamos aproveitar a relação dessas que aí estão e mandar-lhes uma carta convidando-as a utilizarem se é que já não o estão fazendo — as suas áreas.

O SR PRESIDENTE (Deputado Odemir Furlan) - Esta Presidência informa ao nobre Deputado Cardoso de Almeida, que na fase de Inquirição, não são permitidas questões de ordem.

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Dr. João Carlos, dentro de um conceito exposto por V. Sa. com relação ao latifúndio, acho que não haveria incorreção de minha parte, nenhum erro, se afirmasse que o maior latifundiário do Brasil é o Governo. E daí dizer que, cada vez mais, me asseguro de que há insensibilidade no que tange à política de ocupação da terra. Acho perfeitamente válido, embora afirmo-lhe, eu não concordo *in totum* com a proposta de ocupação de V. Sa. Espero que no final do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito possamos, com subsídios como o trazido por V. Sa., apresentar outros mais, e que o Governo se defina por alguma coisa. Outra pergunta: o interesse dos estrangeiros por terras no Brasil acentuou-se a partir de 1966, depois que a Força Aérea dos Estados Unidos realizou um levantamento aerofotogramétrico de nosso País. Poderia V. Sa. dizer-nos se o empresariado nacional e, em particular, os membros da Associação de Empresários da Amazônia, têm cópia desse levantamento?

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Sr. Presidente, nobre Sr. Deputado, devo dizer-lhes que este levantamento — e eu queria apenas, a bem da verdade, com relação àquelas empresas estrangeiras, dizer que ignoro. Pode ser que algumas delas estejam fazendo, para que não co meta aqui uma injustiça ou um radicalismo qualquer, indevido, que não é e que não existe. Como eu disse, o nosso interesse é que elas venham a participar conosco, dentro da lei brasileira. Com relação à sua pergunta, o maior latifundiário do Brasil é o Governo brasileiro. O INCRA é detentor...

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - Dentro do conceito, inclusive de V. Sa., de que terras não ocupadas — economicamente...

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Rigorosamente dentro desse conceito, porque o INCRA detém neste momento, aproximadamente, segundo os dados que se podem ter, 2,5 milhões de km² na Amazônia Legal, quer dizer, metade da Amazônia Legal, 150 km ao longo de todas as fronteiras secas e 200 km ao longo de todas as rodovias federais na Amazônia.

O SR DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS - E mais da metade, se V. Sa. me permite, da área do Brasil estaria na mão do